

Comportamento das Despesas com Viagens Internacionais do Brasil: 1947 a 2005¹

Comportamiento de los Gastos con Viajes Internacionales del Brasil: de 1947 a 2005

The behavior of Expenditure on Brazilian International Travel: from 1947 to 2005

Roberto Meurer*
robertomeurer@yahoo.com

Resumo

Este trabalho considera que variáveis macroeconômicas influenciam as decisões microeconômicas sobre viagens ao exterior. Os resultados são importantes para ações de planejamento governamental, bem como para a análise de cenários no planejamento empresarial, especialmente para auxiliar nas projeções de demanda das viagens domésticas, substituídas das internacionais, e planejamento da oferta de serviços associados ao turismo emissor. Dada a importância das despesas com viagens internacionais para o balanço de pagamentos brasileiro, é necessário considerar esta variável nas projeções e ações estratégicas para que este não se torne um fator de estrangulamento do setor externo da economia brasileira. A análise dos dados foi feita através de comparação entre o comportamento dos gráficos e dos coeficientes de correlação entre as variáveis relacionadas às viagens internacionais e as variáveis explicativas. Os resultados obtidos indicam que as despesas do Brasil com viagens internacionais são sensíveis ao comportamento do PIB, com uma relação positiva entre despesas e PIB. Para a taxa de câmbio, apreciações/valorizações (depreciações/desvalorizações) da moeda brasileira levam a aumento (redução) das despesas. Caso a economia brasileira entre em um novo ciclo de crescimento, o aumento da demanda por viagens ao exterior tenderá a aumentar consideravelmente, dependendo da taxa de câmbio.

Palavras-chave: Despesas com viagens internacionais; Número de viajantes; Taxa real de câmbio.

Resumen

Este trabajo considera que variables macroeconómicas influyen en las decisiones macroeconómicas sobre viajes al exterior. Los resultados son importantes para acciones de planeamiento gubernamental, como así también, para el análisis de escenarios en el planeamiento empresarial, especialmente para auxiliar en las proyecciones de demanda de viajes domésticos, sustitutivos de los internacionales, y el planeamiento de la oferta de servicios al turismo de emisión. Dada la importancia de los gastos de viajes internacionales para la balanza de pagos brasileños, es necesario considerar esta variable en las proyecciones y acciones estratégicas para que no se torne un factor de asfixia del sector externo de la economía brasileña. El análisis de los datos fue realizado a través de la comparación entre el comportamiento de los gráficos y de los coeficientes de correlación entre variables relacionadas a los viajes internacionales, y las variables explicativas. Los resultados obtenidos indican que los gastos del Brasil con viajes internacionales son sensibles al comportamiento del PBI, con una relación positiva entre gastos y PBI. Para la tasa de cambio, apreciaciones – valorizaciones (despreciación – desvalorización) de la moneda brasileña, conlleva un aumento o disminución de los gastos. En el caso que la economía brasileña entre en un ciclo de nuevo crecimiento, el aumento de la demanda por viajes al exterior, tenderá a aumentar considerablemente, dependiendo de la tasa de cambio.

Palabras llave: Gastos con viajes internacionales; Número de viajeros; Tasa real de cambio.

Abstract

This work is based on the premise that macroeconomic variables influence microeconomic decisions relating to foreign travel. The results are important for government planning actions, and for analyzing business planning scenarios, particularly for assisting in forecasting demand for domestic travel (as a substitute for international travel) and planning the offer of services associated with outbound tourism. Given the importance of expenditure on international travel for the Brazilian balance of payments, it is necessary to consider this variable in the forecasts and strategic actions, so that this doesn't become a bottleneck for the external sector of the Brazilian economy. The data analysis was carried out through comparison of the behavior of the graphs and the coefficients of correlation with the variables related to

* Doutor e Mestre em Engenharia de Produção (PPGEP/UFSC), Graduação em Economia (UFSC). Professor do Departamento de Economia da UFSC.

Endereço para Correspondência:

Departamento de Economia - Centro Sócio Econômico – UFSC / CEP: 88040-970 - Florianópolis (SC)

international travel and the explanatory variables. The results obtained indicate that expenditure by Brazil on international travel is sensitive to the behavior of the GDP, with a positive relationship between expenditure and GDP. For the exchange rate, appreciations/valorizations (depreciations/devaluations) of the Brazilian currency lead to an increase (reduction) in expenditure. If the Brazilian economy enters a new growth cycle, the increase in demand for travel abroad tends to increase considerably, depending on the exchange rate.

Key words: Expenditure on international travel; Number of travelers; Real exchange rate.

1 Introdução

A conta viagens internacionais do balanço de pagamentos é importante em volume financeiro para a economia do país. Por outro lado, as decantadas belezas naturais do Brasil são apresentadas como uma das soluções para obtenção de divisas. Entretanto, historicamente, o Brasil apresenta muito mais freqüentemente déficits em sua conta de viagens internacionais, ou seja, as receitas são menores que as despesas. As despesas são analisadas neste artigo. No período de 1947 a 2005 a participação das despesas com viagens internacionais no total das despesas com serviços do balanço de pagamentos brasileiro foi em média 14%, com tendência ascendente, chegando a 18% no período de 1980 a 2005, e ultrapassando 30% de 1996 a 1998.

O objetivo deste trabalho é verificar como se inter-relacionam as despesas com viagens internacionais, taxa de câmbio e o Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil. Para se obter um resultado mais detalhado também será analisado o comportamento do número de viajantes brasileiros ao exterior e das despesas por viajante e do PIB *per capita*. A análise é efetuada a partir dos dados do balanço de pagamentos, em que se computam os dados de viagens internacionais, na balança de serviços, disponíveis para o Brasil a partir de 1947.

A justificativa para o trabalho é a influência das variáveis macroeconômicas sobre as decisões microeconômicas, como é o caso das viagens internacionais, além de o resultado macro ser o resultado de um grande número de ações individuais. No caso das viagens internacionais os resultados são importantes para ações de planejamento governamental, bem como para a análise de cenários no planejamento empresarial. Diferentes cenários para câmbio e crescimento econômico, por exemplo, levarão a diferentes demandas em termos de viagens internacionais e domésticas, e o conhecimento de sua inter-relação permite uma melhor adequação às diferentes situações. Apesar do volume financeiro envolvido, há poucos trabalhos sobre o comportamento das despesas de viagens internacionais brasileiras, embora existam para as receitas (RABAHY, 1992; 1990; MEURER, 2006). Uma exceção no tratamento explícito das despesas, especialmente na última década, é o Relatório Anual do Banco Central do Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003; 2006), que vem dedicando espaço crescente à descrição do comportamento da conta de viagens internacionais, refletindo a sua importância nas relações econômicas do país com o exterior. Cruz e Curado (2005) analisam os efeitos da taxa de câmbio sobre a conta de viagens internacionais do Brasil durante o plano Real. Mais amplamente, Cruz, Rolim e Homsy (2006), utilizando dados em painel, mostram a importância da renda, do câmbio, da proporção da população com idade superior a 65 anos e de fatores de risco associados à viagem. Estes resultados são compatíveis com os resultados de modelagem econométrica, de acordo com Li, Song e Witt (2005), que efetuaram ampla revisão da literatura sobre demanda turística. Uma abordagem específica para a emissão de turistas pode ser encontrada em De Mello, Pack e Sinclair (2002) e De Mello e Nell (2005).

O trabalho apresenta, na seção 2, a revisão teórica com os resultados esperados da inter-relação entre as variáveis de despesa, câmbio e renda, com base na teoria macroeconômica e microeconômica e na sua influência recíproca. Na seção 3 é explicitada a origem das séries de dados despesa total, por viajante, número de viajantes, PIB e PIB *per capita* e taxa real de câmbio e o seu tratamento. O comportamento destas séries é analisado na seção 4. A seção 5 apresenta as principais conclusões.

2 Revisão teórica e resultados esperados

Os determinantes microeconômicos das viagens internacionais são similares aos de qualquer bem ou serviço, ou seja, renda do demandante, o preço do produto e de seu substituto. A literatura de turismo considera como variáveis explicativas para a demanda turística a renda, custo de transporte, preço relativo, taxa de câmbio e fatores qualitativos (LIM, 1997).

A literatura considera importante também a estrutura da oferta, como a maneira pela qual são montados e vendidos os produtos (ESCALONA, 1991). Há um amplo predomínio de estudos com enfoque na demanda e receita geradas pelo turismo receptivo em um destino, seja em nível local, regional ou nacional, freqüentemente estimados econometricamente para a demanda originada em um local para determinado destino (LIM, 1997; LI; SONG; WITT, 2005). Do ponto de vista teórico a obtenção destes modelos poderia completar a cobertura para o turismo emissor e, conseqüentemente, das despesas, se computados todos os destinos, o que é inviável na prática e levou à utilização dos dados agregados das despesas de viagens dos brasileiros.

A renda do demandante, o viajante ao exterior, no caso específico aqui analisado, é variável determinante básica, ao determinar o limite orçamentário para a viagem. A renda maior possibilita que ocorra uma expansão dos gastos com viagens, tanto pelo maior número de pessoas que podem ter conseguido renda em nível suficiente para efetuar viagens ao exterior, quanto pela elevação dos gastos dos indivíduos que já viajavam ao exterior. Esta abordagem é utilizada, por exemplo, em Rabahy (1992). O resultado esperado da inter-relação entre PIB do Brasil e despesas com viagens internacionais é que um aumento do PIB gere aumento das despesas, porque, em uma economia aberta, há um “vazamento” de renda em direção ao exterior. Com renda interna maior, o número de pessoas que pode viajar deverá aumentar e o valor gasto pelos viajantes aumentar em função da elevação de sua renda disponível. A análise pode ser efetuada entre as despesas totais e PIB, que engloba o aumento da renda decorrente do aumento populacional e, por conseguinte, do número de potenciais viajantes. Adicionalmente, a análise do comportamento da renda *per capita* possibilita verificar o efeito do aumento da renda individual, que permite a inclusão de indivíduos com renda suficiente no mercado e influencia a decisão de volume de gastos dos que viajam (RABAHY, 1992). O PIB a ser utilizado é expresso em moeda doméstica, ou seja, um aumento significa elevação da capacidade de consumo medida nos padrões do país (KULENDRAN; KING, 1997). Isto é conveniente por permitir isolar os efeitos da taxa de câmbio, porque se estabelecido o PIB em dólares a própria oscilação da taxa de câmbio levaria a alterações do PIB sem que isso significasse necessariamente maior renda disponível para os residentes no país. Caso se utilizasse o PIB medido em dólares a renda seria afetada por alterações na taxa de câmbio sem que isso tivesse relação com a renda disponível para viagens a destinos domésticos ou internacionais. Com o PIB em moeda nacional é possível separar os efeitos da renda, dos efeitos gerados pela mudança de preços das viagens a destinos domésticos em relação aos internacionais, medidos pela taxa de câmbio.

A taxa de câmbio real é a variável utilizada como indicador de preços e custos para a viagem dos brasileiros ao exterior e também como preço relativo da viagem doméstica em comparação com a viagem internacional, como em Demir (2004). A taxa de câmbio real é calculada com o objetivo de considerar o poder de compra da moeda brasileira em relação à moeda externa. Isto significa que tem de ser considerada a evolução dos preços dentro do país e também no exterior. Portanto, a taxa de câmbio praticada no mercado é ponderada pela evolução dos preços internos e externos. O cálculo é efetuado aplicando-se a fórmula

$$\text{CAMBIO REAL} = \frac{\text{taxa nominal} * \text{Preços externos}}{\text{Preços internos}} \quad (1)$$

A taxa nominal é expressa em quantidade de reais necessária para comprar uma unidade de moeda estrangeira. Expressa, desta forma, um aumento da taxa de câmbio real significa que o

poder de compra da moeda estrangeira está mais elevado: o mesmo dólar estará comprando mais produtos no mercado interno. Uma elevação maior dos preços externos que nos preços internos, sem alteração na taxa nominal, significa que os preços internos estão relativamente mais baixos que os do exterior, favorecendo a demanda por produtos do país em detrimento aos produzidos no exterior. No caso das viagens internacionais, um aumento da taxa de câmbio real, ou seja, a depreciação da moeda brasileira, torna a viagem ao exterior mais cara para os brasileiros, o que tende a causar diminuição da demanda. Ao contrário, a moeda brasileira forte em relação à externa, a diminuição da taxa real de câmbio calculada pela fórmula (1), torna a viagem ao exterior relativamente mais barata, o que deve gerar aumento do número de viajantes e das despesas efetuadas por cada viajante.

Está implícita nesta consideração que a moeda doméstica desvalorizada significa um preço mais alto do serviço da viagem internacional e, ao mesmo tempo, um preço relativo mais baixo para o substituto da viagem internacional, a viagem doméstica. Espera-se que uma desvalorização da moeda brasileira gere uma redução nas despesas e que a sua valorização, ao permitir a aquisição de maior volume de moeda estrangeira com a mesma quantidade de moeda local, leve a um aumento das despesas. O efeito, portanto, é tanto pelo fato de haver um aumento ou redução do preço no exterior quanto pelo seu efeito em comparação à viagem doméstica. Uma discussão teórica detalhada dos efeitos da taxa de câmbio, sua conexão com a política monetária e resultados empíricos para o caso da Turquia podem ser conferidos em Demir (2004).

A utilização desses dados não considera os preços relativos das viagens no exterior. Isto significa que se assume que os preços dos diferentes destinos estejam evoluindo da mesma forma que o índice de preços ao consumidor dos EUA, utilizado como preço externo no cálculo da taxa real de câmbio. Não são consideradas as alterações de taxa de câmbio no exterior, ou seja, presume-se que os brasileiros substituiriam os destinos de acordo com as modificações nos preços relativos no exterior decorrentes de mudanças na cotação entre as moedas externas. Como turismo doméstico e externo são substitutos, assumiu-se que a taxa de câmbio funciona como indicador de preço relativo dos dois serviços, induzindo a maior ou menor demanda de um em relação ao outro².

Viajar e quanto gastar na viagem é uma decisão microeconômica, sendo influenciada por renda e taxa de câmbio, que são variáveis macroeconômicas. A decisão microeconômica do viajante, que envolve as preferências individuais, tais como a existência e a qualidade de produtos substitutos, a essencialidade do produto e a importância dada a ele pelo demandante, quando agregada, gera a variável macroeconômica detectada no balanço de pagamentos. Percebe-se, portanto, uma inter-relação entre o nível macroeconômico e microeconômico no caso das viagens internacionais, tendo este trabalho focado os aspectos macroeconômicos que, no entanto, foram gerados pelas decisões individuais dos elementos da população.

3 Dados e metodologia

Os dados utilizados neste trabalho foram obtidos junto a diversas fontes e foram efetuadas algumas transformações nas séries para que se tornassem adequadas à análise.

Os valores das despesas anuais com viagens internacionais no balanço de pagamentos, obtidos no Banco Central do Brasil em dólares correntes, foram atualizados pelo índice de preços ao consumidor dos EUA, obtido no Federal Reserve de St. Louis. Como a série disponível no Banco Central do Brasil é expressa em dólares e não considera a inflação que fez o dólar perder valor ao longo do tempo, este cálculo transformou todos os valores para dólares de 2005. Isto é necessário porque a inflação ocorrida nos Estados Unidos não é desprezível, de cerca de 800% no período. A metodologia utilizada pelo Banco Central para a obtenção dos dados do balanço de pagamentos é praticamente a mesma ao longo do tempo, seguindo o padrão mundial. Para as despesas de viagens internacionais não há maiores polêmicas, mas há subestimação das receitas

obtidas pelo país, o que implica a necessidade de elaboração da conta-satélite de turismo. Esta questão metodológica é discutida em Rabahy e Rejowski (2001).

O PIB real do Brasil³, expresso em moeda nacional, foi coletado no Ipeadata e transformado em uma série de número índice base fixa igualando 1947 a 100. Como discutido na seção anterior, não é conveniente a utilização do PIB expresso em dólar porque o seu valor estaria sendo influenciado pela taxa de câmbio, e não refletindo necessariamente a geração de renda no país. A série histórica da população brasileira, necessária ao cálculo da renda *per capita*, foi obtida no Ipeadata. Dividindo-se o índice do PIB real em moeda brasileira pelo índice da população chega-se ao índice do PIB *per capita* real, também em moeda brasileira, com base 1947 igual a 100. Portanto, o PIB é utilizado em dois conceitos: total e *per capita*, ambos expressos em índices originados do valor expresso em moeda brasileira em valores constantes, ou seja, eliminados os efeitos da inflação. Em suma, o número-índice do PIB total e *per capita* corresponde a essas variáveis em moeda brasileira constante.

A taxa de câmbio real foi calculada utilizando-se a cotação média no ano do dólar dos Estados Unidos, obtida no Banco Central do Brasil, a média no ano do índice de preços ao consumidor dos EUA (CPI) e a média no ano do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) para os preços no Brasil, coletado no Ipeadata.

Cabe ressaltar, ainda, que a taxa de câmbio utilizada para o cálculo da taxa real de câmbio é a oficial/comercial/livre, que está sujeita a intervenções do governo, em maior ou menor grau, dependendo do período e, por isso, não refletindo necessariamente a efetiva disponibilidade de divisas para os viajantes. As nomenclaturas da taxa de câmbio modificaram-se conforme as regulamentações sobre o mercado cambial. A maior ou menor disponibilidade de moeda estrangeira dependeu da conjuntura doméstica e internacional e em períodos críticos, em termos de situação do balanço de pagamentos, ocorreram racionamentos de moeda estrangeira e cobrança de sobretaxas em passagens aéreas internacionais. Uma manifestação do racionamento de moeda estrangeira é o prêmio da cotação do mercado paralelo em relação ao oficial. A cotação do mercado paralelo não envolve transações contabilizadas no balanço de pagamentos, mas pode influenciá-las, como no caso das viagens internacionais, porque pode ser inviável viajar somente com a moeda estrangeira comprada nos limites legais⁴.

Como a taxa de câmbio é influenciada pela situação econômica em cada período e as viagens são afetadas pelo efeito do câmbio sobre o preço relativo da viagem internacional, para as análises que envolvem despesas totais e a taxa de câmbio foram divididas em sub-períodos, considerando 1979 como divisor. Esta opção metodológica de separação de períodos é fundamentada na mudança de trajetória da economia brasileira a partir de 1980, que levou ao aumento das restrições à aquisição de divisas para viagens ao exterior e às próprias viagens. Estas regulamentações foram alteradas com frequência até a liberalização do mercado cambial e gradativa remoção de todas as restrições a partir do final da década de 1980. As medidas do governo para dificultar a realização de despesas com viagens internacionais se inserem no contexto mais amplo da estratégia de crescimento da economia e crises externas (CARNEIRO; MODIANO, 1990; BACHA; BONELLI, 2005). Esta divisão também permite verificar se há diferenças entre o primeiro período, em que a economia é mais fechada, com o segundo, em que há tendência de integração com os mercados internacionais. A periodização adotada reflete, portanto, uma mudança estrutural na economia brasileira que influenciou as viagens de residentes no país ao exterior e suas despesas, embora não tenha significado alteração nas sistemáticas contábeis do balanço de pagamentos.

A série do número de viajantes brasileiros ao exterior a partir de 1970 foi obtida com o EMBRATUR⁵. Para a análise que envolve o número de brasileiros viajando ao exterior e a despesa média por viajante e sua relação com a taxa de câmbio a divisão no tempo adotada foi 1990, considerando que há maior liberalização do mercado cambial e remoção de restrições à aquisição de divisas a partir de 1991.

A análise dos dados será feita através de comparação entre o comportamento dos gráficos e dos coeficientes de correlação entre as variáveis. O coeficiente de correlação permite verificar qual o grau de associação entre os movimentos de duas variáveis e, pela sua construção, seu valor estará sempre entre -1 e 1. Sinal positivo para o coeficiente de correlação significa que quando uma variável se afasta positivamente de sua média, a outra também tenderá a estar se movimentando na mesma direção; sinal negativo indica que as duas variáveis tendem a se movimentar em direções opostas, quando uma estiver acima da média a outra tenderá a estar abaixo. Como o coeficiente de correlação é uma medida estatística e reflete o caráter não-determinístico das variáveis e as suas distribuições de probabilidade, ele não poderá explicar exatamente o comportamento de uma variável em função da outra. De acordo com o valor absoluto obtido no cálculo, a correlação pode ser classificada, com algumas variações dependendo do autor. O coeficiente de correlação igual a um indica associação perfeita entre as variáveis e zero associação nula; até 0,19 a associação é muito fraca; entre 0,2 e 0,39 fraca; entre 0,4 e 0,69 é moderada; entre 0,7 e 0,89 forte e; superior a 0,9 muito forte. Com isto, é possível indicar como é a associação entre as variáveis. Quando o valor do coeficiente é negativo esta classificação deve ser interpretada como sendo de correlação inversa, com o movimento de uma variável tendendo a estar associado a movimento contrário da outra.

Uma observação importante sob o aspecto metodológico é que a análise aqui efetuada, baseada nos coeficientes de correlação, em hipótese alguma esgota o tema, sendo desejável o seu aprofundamento através de modelos econométricos, embora isto esteja além do proposto para este trabalho. Santos (2006) apresenta uma ampla revisão sobre métodos quantitativos de análise aplicados a turismo e dos resultados de estudos empíricos para o caso brasileiro.

4 O comportamento das despesas

A importância da conta viagens internacionais, já destacada anteriormente, pode ser observada no gráfico 1. Há um aumento consistente tanto das despesas quanto das receitas ao longo do tempo, o que tem efeitos que vão além das atividades diretamente envolvidas, por representar parcela não desprezível das contas do balanço de pagamentos.

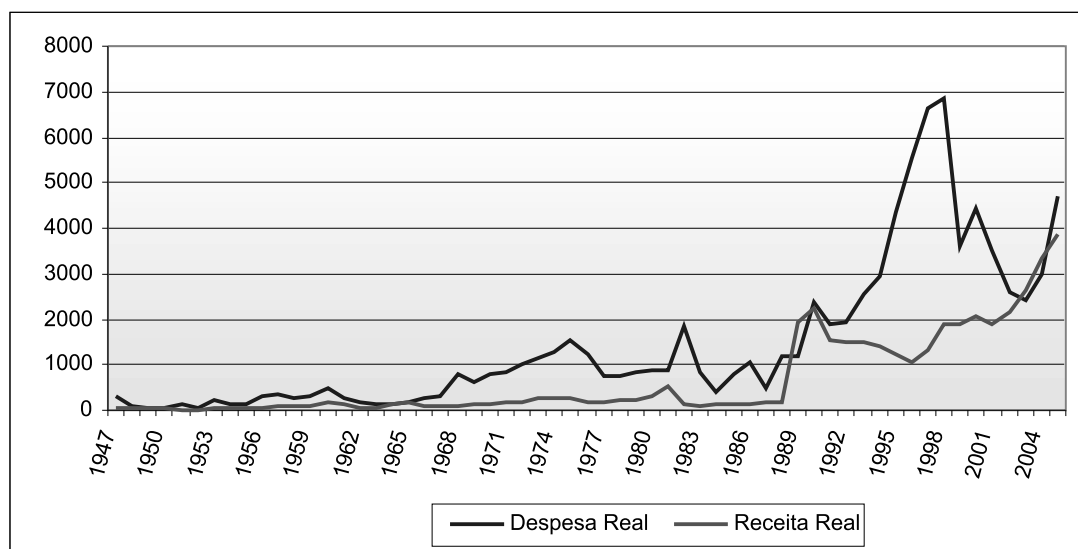


Gráfico 1: Receitas e Despesas de Viagens Internacionais – 1947 a 2005 (em US\$ milhões de dezembro de 2005)

Fonte: Calculado a partir de dados do Banco Central do Brasil (balanço de pagamentos) e Federal Reserve de St. Louis

Em anos recentes, com a liberalização do mercado de câmbio brasileiro, foi possível às pessoas físicas efetuar pequenas importações com pagamento através de cartões de crédito. Estas compras também são contabilizadas como viagens internacionais, apesar de não necessariamente o serem efetivamente, mas seria impossível detectar nas operações de cartão de crédito se os gastos foram efetuados no exterior com ou sem a presença física do usuário do cartão. Da mesma forma, foram ignoradas as diferentes sub-contas que fazem parte da conta viagens internacionais, classificadas de acordo com o motivo da viagem (educação, governo, negócios, saúde, turismo e cartões de crédito). Uma tentativa de análise desagregada seria dificultada pelo pequeno valor dos demais itens em relação a turismo, na maior parte do período, e com turismo e cartões de crédito a partir da década de 1990, como pode ser observado no gráfico 2. A utilização de cartões de crédito internacionais representa uma inovação financeira, cuja importância e viabilidade foi decisivamente influenciada pela menor restrição de disponibilidade de divisas na economia brasileira a partir da década de 1990. Isto tem como consequência, entretanto, que nem todos os gastos utilizando este método de pagamento sejam, efetivamente, despesas com viagens ou durante viagens. A utilização dos dados do balanço de pagamentos, entretanto, mantém coerente a sua utilização porque os seus determinantes são, do ponto de vista microeconômico, os mesmos.

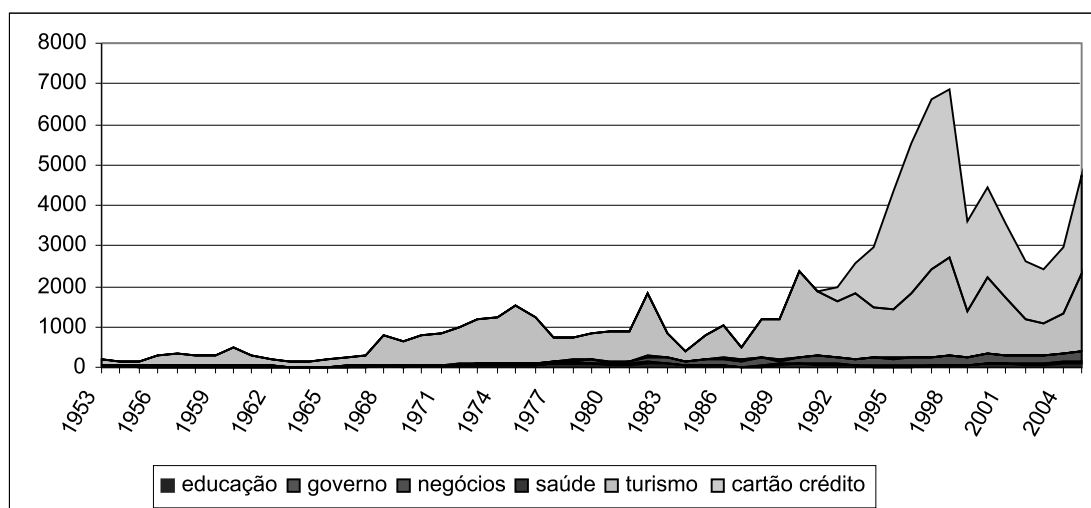


Gráfico 2: Despesas com Viagens Internacionais – Por Motivo da Viagem (em US\$ milhões de dezembro de 2005)

Fonte: Calculado a partir de dados do Banco Central do Brasil (balanço de pagamentos) e Federal Reserve de St. Louis

A inter-relação da evolução das despesas com viagens internacionais com renda e taxa de câmbio será efetuado através da análise do comportamento: 1) da despesa total e 2) do número de brasileiros viajando ao exterior e da despesa média por viajante.

3.1 Despesas totais

Para as despesas totais, a análise em relação ao PIB é feita para o período integral de 1947 a 2005, enquanto para a taxa de câmbio o período é subdividido entre 1947 a 1979 e 1980 a 2005, em decorrência da mudança estrutural que ocorre na economia brasileira a partir de 1980.

Como pode ser verificado no gráfico 2, as despesas com viagens internacionais no balanço de pagamentos do Brasil ultrapassaram a cifra de 2 bilhões de dólares somente a partir do ano de 1990. No período de 1947 a 1989, o valor foi superior a 1 bilhão de dólares em apenas sete anos, nas décadas de 1970 e 1980. A partir da década de 1980 a tendência é de aumento nas despesas, com um claro pico no período de sobrevalorização do real, entre 1994 e 1998 e retomada da

tendência de aumento das despesas em 2004. Para o período 1947 a 2005, as despesas com viagens internacionais cresceram a taxas similares à taxa de crescimento do PIB. Este resultado é influenciado pelo fato de o valor de 1947 ser anormalmente elevado comparativamente aos seguintes (em função das reservas internacionais que o país acumulou durante a II Guerra Mundial) e pelo crescimento das despesas a partir da década de 1990. Percebe-se uma clara tendência de elevação das despesas em períodos recentes, refletindo tanto as condições macroeconômicas, como a abertura da economia, quanto aspectos culturais que tornaram a viagem ao exterior mais plausível para os brasileiros.

Estes dados de despesas, entretanto, podem subestimar as despesas efetivas dos viajantes. Em caso de dificuldades no balanço de pagamentos, esta se manifestará pela depreciação da moeda local, caso se esteja em um regime de câmbio flutuante, ou no racionamento de moeda estrangeira, no caso de um regime de câmbio fixo ou administrado em que o governo não queira desvalorizar a moeda até os níveis que equilibrariam oferta e demanda. No caso de racionamento, são impostos limites à quantidade de moeda estrangeira que pode ser comprada e entraves burocráticos para sua aquisição. A escassez de divisas no mercado formal, por sua vez, pode ser contornada através do mercado paralelo, mas sujeitando-se ao ágio. Quando há escassez de divisas a moeda estrangeira no câmbio paralelo tende a estar mais cara, ou seja, o ágio é maior. Conseqüentemente, uma viagem internacional é mais cara do que o indicado pela cotação do dólar no mercado oficial/comercial/livre/administrado⁶. Esta restrição de divisas, muito forte na década de 1980, é reduzida a partir de 1988 com a liberalização do mercado cambial. Esta se manifesta, por exemplo, na existência dos cartões de crédito internacionais⁷. Com isto, existe a possibilidade de mais gastos, limitados anteriormente por restrição de divisas.

As despesas com viagens internacionais apresentam vinculação com o comportamento da renda gerada no país, mensurada pelo PIB, como pode ser visualizado no gráfico 3. Uma análise através do coeficiente de correlação pode quantificar esta relação. Para o período de 1947 a 2005 o coeficiente de correlação entre as despesas com viagens internacionais e o PIB é de 0,784, mostrando uma forte correlação no comportamento das séries. Este resultado é esperado, porque crescimento da economia significa maior renda disponível para a população do país, o que vai influenciar as despesas pelo aumento do número de pessoas em condições de viajar e o próprio nível de gastos dos viajantes.

É interessante observar, no gráfico 3, que no início da década de 60 há uma queda das despesas, enquanto o PIB apresenta um pequeno crescimento. Este comportamento está relacionado com a crise de balanço de pagamentos pela qual o Brasil passou nesse período, com escassez de divisas. Com o início do “milagre brasileiro” as despesas crescem rapidamente.

Na segunda metade da década de 1970 e ao longo da de 1980 os valores das viagens internacionais apresentam-se baixos, refletindo a “crise do milagre” (SINGER, 1982) e a subsequente crise da dívida externa, esta associada a um crescimento extremamente baixo do PIB. Após o crescimento acelerado da economia brasileira no período 1968-1973, o esgotamento da capacidade produtiva em alguns setores e a crise do petróleo levaram a uma mudança na política econômica, com a implementação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento)⁸. Nesse Plano foram privilegiadas as substituições de importações, que exigiram altos investimentos em infra-estrutura e bens intermediários. Estes investimentos implicaram muitas importações, especialmente de bens de capital, para o que eram necessárias divisas, obtidas, principalmente, através de aumento da dívida externa. A conseqüência desta estratégia foi a imposição de restrições à aquisição de moeda estrangeira para viagens internacionais o que explica a redução das despesas. O estrangulamento externo exacerbado

na década de 1980 e as restrições à venda de moeda estrangeira mantiveram baixos os valores das despesas nesse período.

A década de 1990 caracteriza-se pela grande elevação das despesas com viagens internacionais, num contexto de abertura da economia brasileira, liberalização do mercado cambial e normalização do relacionamento financeiro do país com o exterior após a crise da dívida externa na década de 1980⁹. Claramente há um crescimento muito superior das despesas comparativamente ao PIB, o que é explicado pela liberalização cambial, associada a uma maior disponibilidade de divisas, e pela valorização cambial do Plano Real¹⁰. No final da década, com a desvalorização do real, há uma drástica queda das despesas com viagens internacionais, mas em 2004 inicia novo ciclo de expansão das despesas. O PIB tem este comportamento próximo ao das despesas com viagens porque incorpora, em sua evolução, tanto o crescimento da população quanto do rendimento *per capita*, mas os afastamentos da tendência comum das séries mostram que há outras variáveis que influenciam as despesas.

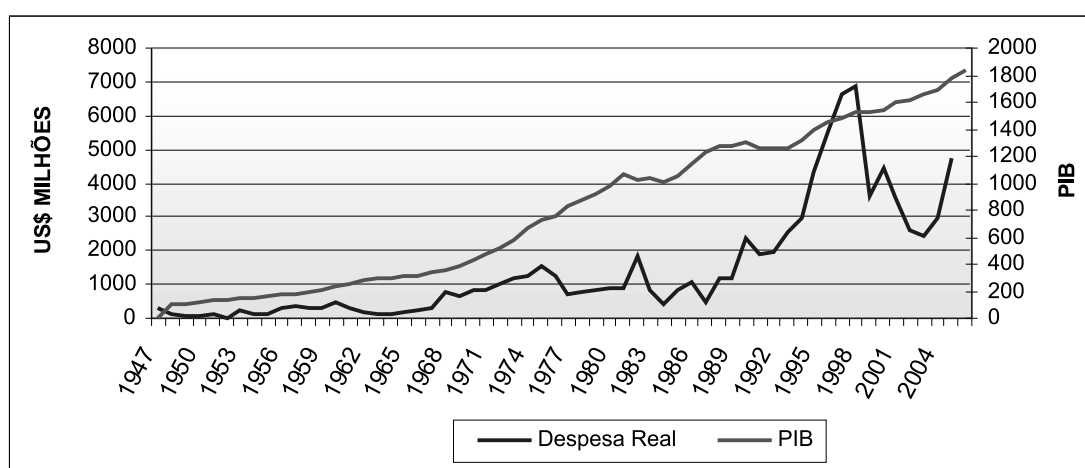


Gráfico 3: Despesas com Viagens Internacionais (em US\$ milhões de dezembro de 2005) e PIB (1947 = 100)

Fonte: Calculado a partir de dados do Banco Central do Brasil (balanço de pagamentos), Ipeadata e Federal Reserve de St. Louis

A taxa real de câmbio, cujo comportamento pode ser observado no gráfico 4, apresenta grandes oscilações, decorrentes de ser uma variável que influencia aspectos da economia que exigem atenção dos condutores da política econômica, como exportações, importações, inflação, atração de capitais, além de ser influenciada pelo cenário internacional.

Como a taxa de câmbio é expressa em número de unidades de moeda doméstica necessária à aquisição de um dólar, o comportamento esperado das despesas com viagens internacionais em relação à taxa de câmbio é que eles sejam inversos, quanto mais cara a viagem, medida em moeda local, menores as despesas. Observando o gráfico 4, este comportamento inverso é visível a partir da década de 1980. No período anterior não há clareza quanto ao comportamento. Esta constatação é corroborada pelos coeficientes de correlação entre a taxa de câmbio real e as despesas com viagens internacionais. Para o período de 1947 a 1979 a correlação é 0,24, que, além de ser fraca, tem sinal oposto ao esperado. Isto significa que outras variáveis estão tendo um efeito maior sobre o comportamento das despesas com viagens internacionais do que a taxa de câmbio, provavelmente a renda, que cresce sistematicamente. No período de 1980 a 2005, o coeficiente é de -0,54, uma correlação moderada e com o sinal esperado. Isto quer dizer que

a partir de 1980 a taxa de câmbio pode auxiliar a explicar o comportamento das despesas com viagens internacionais, mas não sendo a sua única variável explicativa. A elevada sensibilidade das despesas com viagens internacionais à taxa de câmbio é comentada em vários números recentes do Relatório Anual do Banco Central do Brasil (2003, 2006). Além do câmbio, as taxas de crescimento da economia e as restrições a viagens e aquisição de divisas também estão influenciando as despesas.

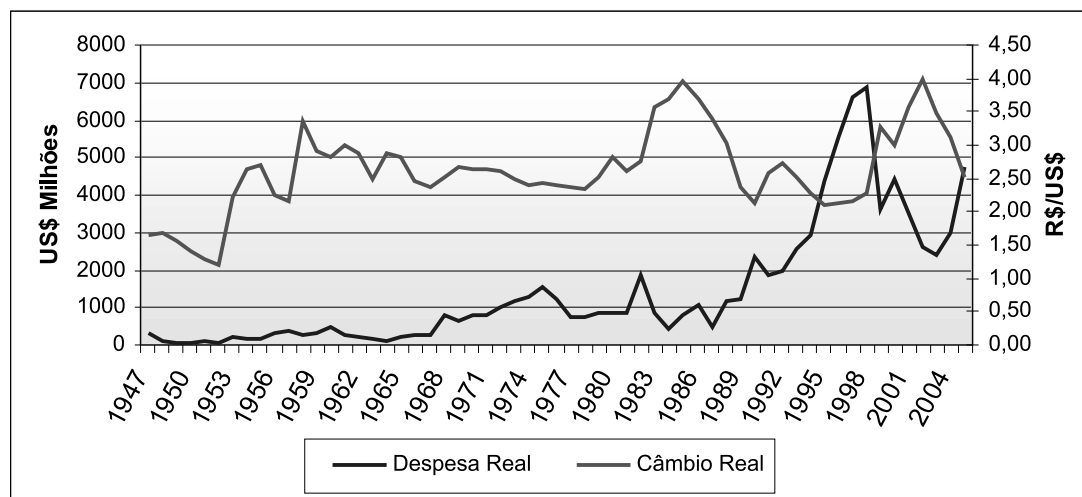


Gráfico 4: Despesas com viagens internacionais (em US\$ milhões de dezembro de 2005) e Taxa de Câmbio Real (em valores de dezembro de 2005)

Fonte: Calculado a partir de dados do Banco Central do Brasil (balanço de pagamentos e séries temporais), Ipeadata e Federal Reserve de St. Louis

Em uma análise de longo prazo, percebe-se que existe uma relação entre as despesas e o crescimento do PIB, indicando, como esperado, que para uma economia com relações com o resto do mundo, uma parte da renda é destinada à aquisição de serviços no exterior. Por outro lado, a partir de 1980 os movimentos de curto prazo também são influenciados pela taxa de câmbio, o que reflete a sensibilidade das despesas ao custo da viagem. A moeda brasileira mais valorizada faz com que haja aumentos das despesas, enquanto que as desvalorizações geram reduções dos gastos com viagens internacionais.

3.2 Número de viajantes e Despesas por viajante

Esta análise do comportamento das despesas com viagens internacionais envolve o número de viajantes ao exterior e a despesa média por viajante é efetuada a partir de 1970. Percebe-se, no gráfico 5, que há uma elevação do número de viajantes a partir de 1982, uma estagnação a partir de 1987 e nova aceleração, muito mais forte, a partir de 1994. Drástica redução é observada a partir de 1999 e já em 2003 é retomada a tendência de crescimento do número de brasileiros viajando ao exterior. Para esta análise é conveniente utilizar o PIB *per capita* em moeda brasileira, porque, em se analisando a despesa por viajante e o número de viajantes é mais importante a renda por indivíduo do que a renda total, como mensurado no PIB. Com o aumento da renda *per capita* o número de brasileiros com condições de viajar tende a aumentar, mesmo considerando a desigualdade dessa renda. Enquanto o PIB *per capita* cresce rapidamente até 1980 e depois apresenta oscilações com pequena tendência de aumento, no número de viajantes existe tendência de aumento em todo o período. Como esperado, a correlação confirma a forte relação entre os comportamentos do número de viajantes e o PIB *per capita*, que é de 0,743.

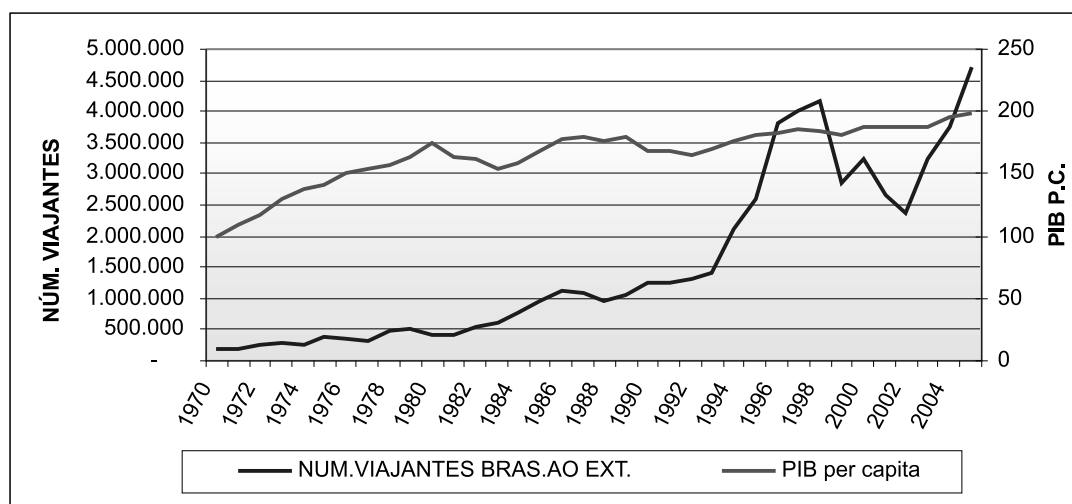


Gráfico 5: Número de Brasileiros Viajando ao Exterior e PIB per capita (1947 = 100)

Fonte: Número de Viajantes – EMBRATUR; PIB per capita - calculado a partir de dados do Ipeadata

Há um enorme pico e posterior queda no número de viajantes gerado pela grande variação cambial observada nas décadas de 1990 e de 2000. O número de viajantes triplica em cinco anos, passando de 1.400 mil em 1993 para 4.171 mil em 1998. A correspondência entre os movimentos do câmbio e do número de viajantes na década de 1990 pode ser vista no gráfico 6. Por outro lado, de maneira contrária ao esperado, a desvalorização cambial ocorrida na década de 1980 não gerou redução do número de viajantes; ao contrário, há um aumento do número de viajantes quando viajar está mais caro. Este resultado é ainda mais intrigante considerando que ocorriam restrições à compra de divisas nessa época. Esta é, provavelmente, também a resposta ao enigma. Os problemas de balanço de pagamentos que acometiam a economia brasileira geraram uma diferença entre o preço do dólar no mercado oficial e no mercado paralelo. Enquanto o mercado oficial era controlado pelo governo, o mercado paralelo funcionava livremente e o preço praticado, dada a escassez de divisas, era superior ao oficial. Como as divisas para a viagem internacional podiam ser compradas legalmente e ao preço oficial, era viável fazer uma operação que no mercado financeiro seria classificada como arbitragem. Caso nem toda a moeda estrangeira adquirida fosse gasta no exterior, a sobra poderia ser vendida no mercado paralelo, a um preço superior ao da compra, possivelmente cobrindo os custos com a viagem. Estaria ocorrendo, portanto, uma arbitragem entre o mercado oficial e o paralelo de câmbio. Já na década de 1990, com a liberdade no mercado de câmbio, a criação do mercado de câmbio turismo e a quase eliminação da diferença entre as taxas de câmbio comercial/livre e a do mercado paralelo, o comportamento do número de viajantes e taxa de câmbio passa a ser o esperado.

Considerando que até 1990 o mercado cambial sofria forte intervenção do governo, tanto para influenciar a cotação quanto para dificultar a compra de divisas, o coeficiente de correlação foi calculado para o período de intervenção governamental no câmbio, de 1970 a 1990, e para o período de mercado liberalizado, de 1991 a 2005. Considerou-se, portanto, que a abertura da economia ocorreu em 1991, trazendo maior liberdade de movimentação cambial. Para o primeiro período o coeficiente foi 0,439, que é uma moderada correlação positiva, indicando que um encarecimento da moeda estrangeira leva a um aumento do número de viajantes, o que é compatível com a hipótese de utilização das viagens para auferir ganho financeiro com a diferença da cotação do dólar entre mercado paralelo e oficial. Para o período de 1990 a 2005 o coeficiente de correlação é -0,14, com o sinal negativo esperado. A correlação muito fraca mostra que há um aumento estrutural do número de viajantes que não é atribuível apenas à taxa de câmbio, refletindo mudanças culturais, sociais e da organização do mercado de turismo em um mundo crescentemente integrado.

A análise do comportamento das despesas com viagens internacionais pode ser complementada pela despesa média por viajante, obtida pelo quociente entre a despesa total e o número de viajantes.

O gráfico 7, do comportamento do gasto por viajante e taxa real de câmbio, mostra grandes oscilações nas despesas, com tendência declinante até 1987, quando atingiu 448 dólares (a preços de 2005). De valores superiores a 3.000 dólares até a metade da década de 1970, o valor foi se reduzindo, com um repique entre 1980 e 1982. A partir daí os valores permanecem baixos, elevando-se a partir de 1988. Novamente, a explicação para esta queda pode ser a busca pelo ganho do ágio do dólar no mercado paralelo, possível com viagens a países da América do Sul, e para os quais o limite de aquisição de divisas no mercado oficial era mais baixo do que em viagens intercontinentais. No período mais recente há uma relativa estabilidade, embora haja influência da taxa de câmbio sobre a despesa média dos viajantes. O coeficiente de correlação para o período todo é de -0,434, que indica uma associação moderada entre as variáveis e com o sinal esperado.

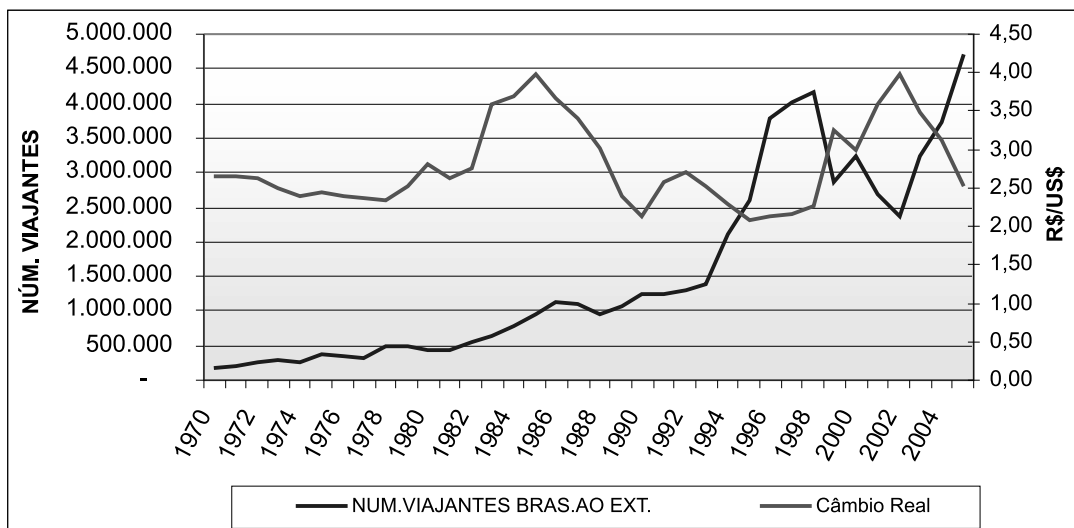


Gráfico 6: Número de Brasileiros Viajando ao Exterior e Taxa de Câmbio Real (em valores de dezembro de 2005)

Fonte: Número de viajantes - Embratur; taxa real de câmbio: calculada a partir de dados do Banco Central do Brasil (séries temporais), Ipeadata e Federal Reserve de St. Louis

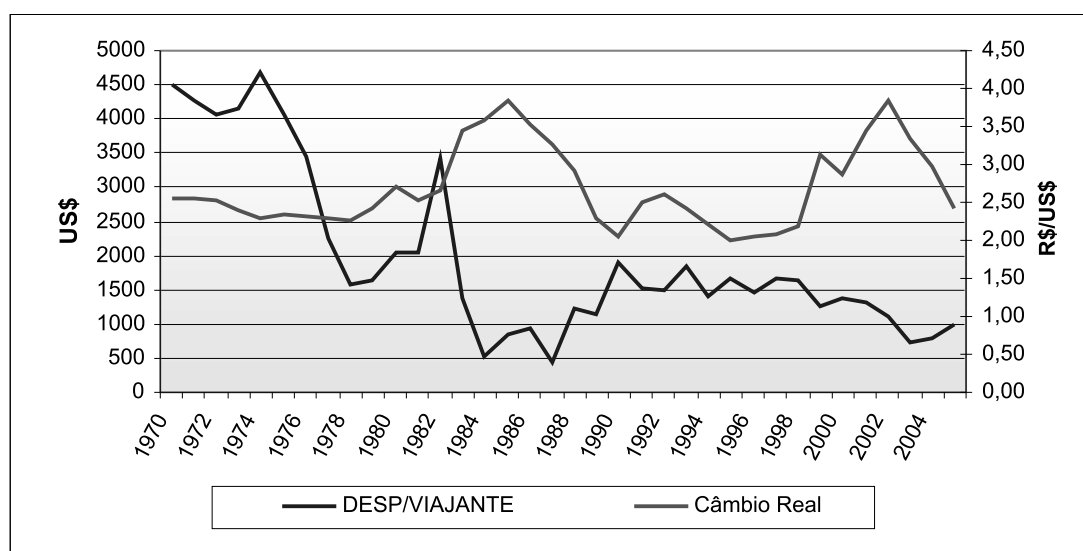


Gráfico 7: Despesas com Viagens Internacionais por Viajante Brasileiro ao Exterior (Em US\$ de dezembro de 2005 e Taxa de Câmbio Real (em valores de dezembro de 2005))

Fonte: Calculado a partir de dados do EMBRATUR, Banco Central do Brasil (balanço de pagamentos e séries temporais) e Federal Reserve de St. Louis

5 Conclusões

Os resultados obtidos neste trabalho indicam que as despesas do Brasil com viagens internacionais são sensíveis ao comportamento do PIB e da taxa de câmbio. A influência do PIB sobre as despesas aparece tanto para o caso de análise das despesas totais quanto na análise *per capita*. A demanda de viagens internacionais foi inibida a partir da queda da taxa de crescimento da economia e estrangulamentos cambiais, especialmente na década de 1980. Na década de 1990, a valorização da moeda brasileira ocorrida no contexto do Plano Real levou a um grande aumento do número de viajantes brasileiros ao exterior. Com isso, aumentou consideravelmente o volume de despesas com viagens internacionais, apesar de as despesas por viajante, medidas em dólares, terem se mantido constantes. Estes resultados, tanto para a taxa de câmbio quanto para o PIB, são consistentes com a literatura, como, por exemplo, Li, Song e Witt (2005), Rabahy (1992) e o Relatório Anual do Banco Central do Brasil (2003, 2006). Se, como projetado, a economia brasileira entrar em um novo ciclo de crescimento, o aumento da demanda por viagens ao exterior tenderá a aumentar consideravelmente, dependendo, também, da taxa de câmbio. Uma extensão natural deste trabalho é a quantificação desta relação através de estimativas econométricas, o que possibilitaria o refinamento da análise de cenários alternativos para as despesas com viagens. A relação bem estabelecida na literatura para a importância da renda e da taxa de câmbio sobre a demanda de viagens, portanto, foi corroborada para as despesas do Brasil.

Dada a importância das despesas com viagens internacionais para o balanço de pagamentos brasileiro, expressa na sua participação no total dos serviços adquiridos pelo país, é necessário considerar esta variável nas projeções e ações estratégicas para que este não se torne um fator de estrangulamento do setor externo da economia brasileira. Isto poderá ser obtido através do estímulo à geração de receitas, que já vêm crescendo, tanto pela demanda originada no exterior quanto pela inclusão de demandantes do mercado interno.

Trabalhos futuros deverão aprofundar este tema, especialmente através da quantificação da inter-relação entre as variáveis, através de técnicas econométricas. Além disso, a análise com dados em frequência mais elevada, como trimestrais, poderá ser utilizada como ferramenta de planejamento de curto e médio prazos para autoridades e empresas da área, considerando cenários variáveis, característicos da economia atual.

Referências

BACHA, E. L.; BONELLI, R. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n.3(99), p. 163-189, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório Anual**. Brasília, Banco Central do Brasil, v. 39, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório Anual**. Brasília, Banco Central do Brasil, v. 42, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Balanco de Pagamentos**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>>. Acesso em: 3 de outubro de 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries temporais**. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/?SERIESTEMP>>. Acesso em: 3 de outubro de 2006.

BEKAERT, G.; HARVEY, C. R.; LUNDBLAD, C. Emerging Equity Markets and Economic Development, **Journal of Development Economics**, v.66, p. 465-504; 2001.

CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E. M. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984. In: ABREU, M. de P. (Org.), **A Ordem do Progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989**, Rio de Janeiro, Campus, 1990.

CASTRO, A. B. de; SOUZA, F. E. P. do. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Luz e Terra, 1985.

CRUZ, M. J. V.; CURADO, M. L.. Los viajes internacionales en la balanza de pagos de Brasil a lo largo del plano real: Un análisis de su desempeño y del impacto de la tasa de cambio. **Estudios y perspectivas del turismo**, Buenos Aires, v. 14, p. 142-168, 2005.

CRUZ, M. J.V.; ROLIM, C. F.C.; HOMSY, G. V. Identificação dos Principais Determinantes do Turismo Internacional. **Ipea**, Texto para discussão 1149, 2006.

DE MELLO, M. M. de; NELL, K. S. The forecasting ability of a cointegrated VAR system of the UK tourism demand for France, Spain and Portugal. **Empirical Economics**, v. 30, p.277-308, 2005.

DE MELLO, M., PACK, A.; SINCLAIR, M.T. A system of equations model of UK tourism demand in neighboring countries. **Applied Economics**, v. 34, n. 4, p. 509-521, 2002.

DEMIR. How do Monetary Operations Impact Tourism Demand? The Case of Turkey. **International Journal of Tourism Research**. v. 6, n.2, p. 113-117, 2004.

ESCALONA, F. M. de. Critica de la economía turística: Enfoque de oferta versus enfoque de demanda. Tese de doutorado, Universidad Complutense de Madrid, disponível em <<http://www.eumed.net/tesis>, 1991>.

FEDERAL RESERVE DE ST. LOUIS. **St. Louis FED Economic Data**. Disponível em: <<http://research.stlouisfed.org/fred2/>>. Acesso em: 3 de outubro de 2006.

GAROFALO FILHO, E. **Câmbio, Ouro e Dívida Externa** – de Figueiredo a FHC. São Paulo, BM&F/Saraiva, 2002.

IPEADATA. **Dados Macroeconômicos e Regionais**. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 2 de outubro de

2006.

KULENDRAN, N.; KING, M. L. Forecasting international quarterly tourist flows using errorcorrection and time-series models. **International Journal of Forecasting**, v. 13, p. 319-327, 1997.

LI, G.; SONG, H.; WITT, S. F. Recent Developments in Econometric Modeling and Forecasting. **Journal of Travel Research**, v.44, p. 82-99, 2005.

LIM, C. Review of international tourism demand models. **Annals of Tourism Research**, Vol. 24, No. 4, p.835-849, 1997.

MEURER, R. O Comportamento das Receitas de Viagens Internacionais no Brasil: uma explicação macroeconômica. **Turismo em Análise**. São Paulo (SP), v. 17, n. especial, p. 75-90, 2006.

RABAHY, W. A. Modelo de predicción: Un proyecto experimental en Brasil, **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 1, n. 3, p. 198-215, 1992.

RABAHY W. A. Fundamentos Econômicos e Quantitativos no Planejamento Turístico. **Turismo em Análise**, v. 1, n. 1, maio, p. 35-54, 1990.

RABAHY, W. A.; REJOWSKI, M. Experiência Brasileira em Contas Nacionais do Turismo, **Turismo em Análise**, v. 12, n. 2, novembro, p. 32-42, 2001.

SANTOS, G. E. de O. Modelos estatísticos no estudo do turismo: revisão dos principais métodos aplicados. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 6, n.4, p. 79-93 2006.

SINGER, P. **A crise do “milagre”**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZHANG, H. Q.; HEUNG, V. C. S. The emergence of the mainland Chinese outbound travel market and its implications for tourism marketing. **Journal of Vacation Marketing**, v. 8, n.1, pp. 7-12, 2002.

ZINI JR., A. A. **Taxa de câmbio e política cambial no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

Notas Explicativas

¹ Este trabalho foi beneficiado pelas excelentes sugestões e recomendações de um parecerista anônimo desta Revista, a quem agradeço. Os erros remanescentes são, obviamente, de minha responsabilidade.

² Um trabalho que fosse efetuado com dados desagregados por destino poderia incluir a distância como variável explicativa, funcionando como aproximação do custo de deslocamento (LIM, 1997).

³ O PIB nominal é transformado em real utilizando o Deflator Implícito PIB como índice de preços.

⁴ Uma completa história do mercado cambial brasileiro, suas peculiaridades e a atuação das autoridades monetárias pode ser consultada em Garofalo Filho (2002).

⁵ Agradeço ao EMBRATUR pela gentileza do fornecimento desta série de dados.

⁶ Para uma sintética e objetiva descrição das características e denominações do câmbio praticado no Brasil no período, pode ser consultada a explicação que acompanha os dados de câmbio no mecanismo de recuperação de séries temporais do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br).

⁷ Para a política cambial brasileira anterior ao Plano Real ver Zini Jr. (1995).

⁸ Para uma análise abrangente do II PND, ver Castro e Souza (1985).

⁹ Bekaert, Harvey e Lundblad (2001) consideram 1991 como a data da abertura financeira da economia brasileira.

¹⁰ Há alguma similaridade entre a liberalização do mercado de divisas brasileiro e seus efeitos sobre as viagens com a mais ampla liberalização das viagens internacionais chinesa, analisada em Zhang e Cheung (2002).

